



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

**A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM BELÉM/PA
E A MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: RELATO DE UMA APROXIMAÇÃO PELO
SERVIÇO SOCIAL**

TAYNÁ PORTILHO DE AQUINO¹

NÁDIA SOCORRO FIALHO NASCIMENTO²

RESUMO:

Este texto relata a experiência de aproximação de uma mestranda aos movimentos sociais ante a realização da COP 30 em Belém/Pa no ano de 2025. A participação em debates permitiu acumular reflexões e identificar que, em meio às contradições presentes, a COP 30 poderá evidenciar os resultados das mudanças climáticas junto a indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores rurais sem terra e etc.

Palavras-chave: Capitalismo; Consequências climáticas; COP 30; Movimentos Sociais; Serviço Social.

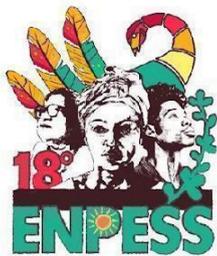
RESUMEN:

Este texto relata la experiencia de una estudiante de maestría en su acercamiento a los movimientos sociales ante la realización de la COP 30 en Belém/Pa en el año 2025. La participación en debates permitió acumular reflexiones e identificar que, en medio de las contradicciones presentes, la COP 30 podría evidenciar los resultados de los cambios climáticos junto a indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabajadores rurales sin tierra, etc.

Palabras claves: Capitalismo; Consecuencias climáticas; COP 30, Movimientos Sociales; Trabajo Social.

¹ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Pará

² Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Pará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. Introdução

A Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Mudanças Climáticas (COP³ 30) ocorrerá entre os dias 10 e 21 de novembro de 2025 na cidade de Belém, capital do estado do Pará, norte do Brasil, chamada de metrópole da Amazônia⁴ brasileira. Considerado o mais importante evento a ser sediado na região, as discussões a seu respeito vão desde o questionamento sobre a estrutura necessária para receber um evento dessa envergadura, como também sobre os resultados desse evento para a realidade local/regional.

Para os movimentos sociais populares, que protagonizam lutas sociais em defesa da Amazônia e de seus povos, o significado da Conferência vai muito além. Eles veem a COP 30 como uma oportunidade para dar visibilidade as suas lutas e não como um ponto de chegada ou de partida, uma vez que as lutas sociais em defesa da Amazônia remontam à própria formação social, econômica e política da região. Cercada de muitas expectativas, a COP 30 é o principal catalisador de investimentos em nível municipal, estadual, federal e internacional e suas muitas obras e ações em andamento estão sendo realizadas, a grosso modo, “para inglês ver”⁵.

A realização de ações preparatórias pelos entes públicos – como a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) - e o chamamento à participação popular - organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) -, motivou o interesse em acompanhar os processos em curso. Como amazônida e profissional de Serviço Social, torna-se essencial esse conhecimento e aproximação às organizações populares que, como o Serviço Social brasileiro, buscam defender direitos sociais, especialmente dos segmentos mais pauperizados pelos processos econômicos que promovem o avanço do capital sobre a natureza. A experiência de participação aqui relatada (e a ser aprofundada teoricamente), é de suma importância para aprofundar as reflexões críticas quanto aos resultados das chamadas consequências climáticas para a vida humana, em geral, e amazônida, em particular, motivando a escrita deste artigo.

³ “*Conference of the Parties*” em inglês, o que explica a sigla COP, isto é “Conferência das Partes”.

⁴ “Com uma superfície de 7,5 milhões de km², o que representa cerca de 44% do território sul-americano, aquilo que nomeamos Amazônia não é exclusivamente brasileira, é Latino-Americana. Sua área geográfica abrange, além do Brasil, mais 08 (oito) países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Brasil é o que possui a maior extensão continental, com aproximadamente 45% da área global e a Amazônia brasileira corresponde a 60% do território nacional, abrangendo toda a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima), o estado de Mato Grosso, no Centro-Oeste, e partes do estado do Maranhão, no Nordeste” (Fialho Nascimento, 2012, p. 174).

⁵ A expressão data do século XIX referente à Lei Feijó (1831), cujo dispositivo legal proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, ainda no Império (1822-1889), por “pressão” da Inglaterra (sendo revogada posteriormente).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para sua apresentação o texto está dividido em 02 (duas) seções, excetuando-se a Introdução e as Considerações Finais. Na primeira seção são apresentadas notas sobre a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais e, na segunda seção, considerações sobre a realização da COP 30 em Belém, capital do estado do Pará. São então apresentados elementos do relato da experiência de participação nos processos de mobilização realizados por movimentos sociais e pelo poder público municipal com vistas à preparação para a COP 30.

2. Movimentos Sociais e Serviço Social: aproximações necessárias

Segundo Gohn (2011), os movimentos sociais são ações sociais coletivas com caráter político, social e econômico, que por meio de diferentes estratégias, sejam elas diretas ou indiretas, organizam-se e articulam-se em prol de suas demandas. A autora ainda afirma que esses movimentos, tanto nacionais, internacionais como transnacionais, formam espaços que realizam atividades criativas, formações e inovações socioculturais.

Para Dal Moro e Marques (2011), o serviço social se aproxima politicamente dos interesses dos setores populares de forma tardia, por conta de seu surgimento no Brasil estar relacionado à Doutrina Social da Igreja Católica. Na segunda metade do século XX, a partir do Movimento de Reconceituação no Brasil e América Latina, o que corresponde ao período de ditadura militar no país, o serviço social repensa de forma autocrítica e contestadora os seus preceitos humanistas-cristãos (Netto, 2017).

No contexto da autocracia burguesa no Brasil, Dal Moro e Marques (2011) afirmam que, em nível internacional, houve a ebulição de movimentos questionadores da ordem social vigente e de seus pilares fundantes de sociabilidade. Com isso, houve o surgimento de “novos atores sociais”⁶, como, por exemplo, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, étnicos, entre outros, os quais geraram um processo de intensas lutas com rebatimento em países da América Latina. As autoras também afirmam que na América Latina houve uma conjuntura propícia à organização e mobilização de diversos sujeitos coletivos, com destaque para os movimentos vinculados à Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação, e os envolvidos com a Educação Popular, inspirada no pensamento do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997).

⁶ Nos limites deste relato de experiência não serão problematizadas as reflexões sobre o sentido atribuído aos chamados “novos atores sociais”, aqui apresentados entre aspas. Estas e outras reflexões críticas fazem parte do embasamento teórico em curso, com vistas ao processo de qualificação desse relato de experiência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

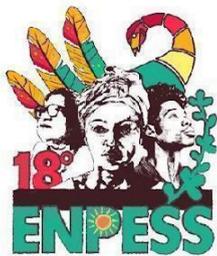
É no fim do processo autocrático burguês que a relação entre o serviço social e os movimentos sociais ganha novos contornos, em um período propício a mudanças e transformações, quando o(a) profissional se reconhece enquanto classe trabalhadora, posicionando-se junto aos movimentos sociais. É então por meio do Movimento de Reconceituação e sua apreensão da teoria crítica, marxista e marxiana, que o Serviço Social se aproxima dos movimentos sociais.

É a partir desta organização dos assistentes sociais, como trabalhadores e com os trabalhadores, que se pode pensar no estabelecimento de um vínculo orgânico do Serviço Social com os movimentos sociais. Contudo, se a dimensão político-organizativa e a inserção profissional nas instâncias de luta dos trabalhadores foram as bases de rearticulação do Serviço Social com os movimentos sociais, o seu aprofundamento só se dará na medida em que a profissão ganha maioridade teórica e intelectual (Dal Moro; Marques, 2011, p. 27).

Com o processo de democratização do Brasil, a partir dos anos 1980, as/os assistentes sociais se integram em setores organizados da sociedade, em apoio às lutas e reivindicações populares. Dessa forma, para Dal Moro e Marques (2011), o Serviço Social ao se aproximar dos setores populares, forma alianças que lhe possibilitam construir um poder compartilhado entre profissionais, técnicos, sindicatos e grupos da classe trabalhadora, apreendendo ainda os elementos da Educação Popular de inspiração freiriana. Da mesma forma, passa a apropriar-se da investigação-ação, utilizada por assistentes sociais principalmente junto aos movimentos sociais urbanos, e, por fim, a assessoria aos movimentos sociais, relevante no processo de organização, conscientização e mobilização das classes dominadas.

Sobre a assessoria/consultoria realizada por assistentes sociais junto aos movimentos sociais – constantes hoje das regulamentações do Serviço Social como apresentado abaixo -, Bravo e Mattos (2008) afirmam que estes/as profissionais não substituem o protagonismo dos sujeitos assessorados, que devem desenvolver autonomia para escolher os caminhos propostos pelas(os) assistentes sociais. Para Marro e Duriguetto (2016), as atividades de assessoria/consultoria desenvolvidas centram-se na formação política e acompanhamento técnico para a elaboração de projetos, capacitação de lideranças e auto-organização, dentre outras atividades.

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), a atuação da(o) assistente social junto aos movimentos sociais é uma competência profissional, com capacidade de “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Ademais, consoante o Código de Ética da(o) assistente social, em seu Capítulo IV, afirma-se que é direito profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”.

As resoluções e deliberações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)–buscam, também, enfrentar os desafios enfrentados pelo Serviço Social brasileiro em se inserir junto a movimentos sociais enquanto trabalho profissional na atualidade, em uma conjuntura de refluxos, institucionalização e criminalização desses movimentos, além da judicialização das lutas sociais.

3. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Belém/Pa

A Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP 30) que ocorrerá no mês de novembro de 2025 na cidade de Belém, uma das principais capitais da Amazônia brasileira, é um evento da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷ destinado a reunir os chefes de Estado dos países membros, para dialogar a respeito das mudanças climáticas que estão ocorrendo no mundo.

Conforme Shirts (2022), a ONU tem seu próprio programa sobre o meio ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que se juntou à Organização Meteorológica Mundial (OMM), e juntas criaram o “braço” da ONU que estuda sobre o clima, a *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. O IPCC calcula e divulga a média do aumento de temperatura na Terra, a qual é medida pela Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos (Nasa), pela Agência Meteorológica do Japão (JMA), pela Administração Nacional Oceânica e Atmosférica norte-americana (NOAA) e pelo *Met Office* do Reino Unido. Merece destaque o fato destas instituições estarem sediadas nos países de capitalismo avançado, que por conta desse trabalho e pesquisa, obtêm o protagonismo do debate sobre o aquecimento global⁸ em nível mundial, em detrimento de pesquisas dos principais países atingidos pelas consequências climáticas, produzidos pelos primeiros.

⁷ Segundo Short (2008), a ONU é uma instituição intergovernamental criada logo após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) com o propósito de estabelecer a paz e defender os direitos humanos entre os países membros. A autora destaca as contradições que envolvem a instituição, pois suas decisões não estão isentas de interesses políticos de determinados países membros.

⁸ Aumento da temperatura média da Terra.

Autores como Shirts (2022), afirmam que eventos anteriores na história recente acerca das consequências climáticas advindas do aquecimento global, são relevantes para o debate e construção de uma possível solução, a exemplo do que o autor afirma sobre o Acordo de Paris⁹ assinado durante a realização da COP 21 ocorrido no ano de 2015 e citado como uma “grande vitória para a ONU, o IPCC, a ciência e a humanidade” (p. 31). Para Oliveira (2019), as COP’s posteriores ao Acordo de Paris definiriam se os acordos antes firmados representariam uma convergência política ou se apenas apresentaram um compromisso mínimo, como solução temporária para as divergências entre os países membros, pois, até então, as contribuições não parecem plausíveis.

Para Agência Brasil (2023), a decisão pela realização da COP 30 em Belém resultou de uma articulação federal e estadual envolvendo os Governos de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores/PT) e Helder Zühlth Barbalho (Movimento Democrático Brasileiro/MDB), respectivamente presidente do Brasil e governador do estado do Pará, além de diferentes atores internacionais, decisão que envolve a destinação de vultuosos investimentos para o evento, em todas as esferas. A escolha da cidade de Belém foi criticada por diferentes setores, com destaque para os midiáticos, uma vez que a capital paraense foi avaliada como incapaz de organizar um evento desse porte (o que não é de todo incorreto, mas suscita reflexões sobre outros aspectos envolvidos), o que também demonstra o preconceito histórico existente por parte de regiões como o centro-sul em relação à região norte que abrange, por sua vez, 45% da região amazônica. Ademais, não se pode desconsiderar que a escolha por Belém também envolve, dialeticamente, processos políticos e econômicos, pois representou disputas em nível nacional – envolvendo articulações entre partidos políticos que “apoiam” o atual governo - e em nível internacional – resultantes, em parte, daqueles interesses que movem os países membros da ONU -, para sediar um evento dessa magnitude.

Essa complexidade de processos tem relação direta com o papel da Amazônia para a sociedade do capital, o que é destacado por Leal (2010) quando afirma que a região é historicamente explorada em função dos seus recursos naturais. Esse processo, no entanto, não acontece sem resistência por parte de seus povos originários, comunidades tradicionais e movimentos sociais que se posicionam contra a exploração que remonta ao processo de consolidação do próprio capitalismo. Exemplo dessa complexidade pode ser observado no caráter

⁹ Foi a 21ª Conferência das Partes (COP 21), ocorrida em Paris, capital da França. O acordo foi assinado pelos 195 países membros da ONU, para reduzir emissões de gases de efeito estufa.

das organizações que financiam a COP 30 e suas obras, como a Itaipu Binacional, empresa responsável pela gestão da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada no Rio Paraná (fronteira entre Brasil e Paraguai), responsável, segundo Steffen e Dias (2024), pelo deslocamento de trabalhadores rurais de seus territórios, o que causou diversos impactos à população e ao meio ambiente. A Itaipu Binacional será, contraditoriamente, a financiadora de obras para “modernizar a estrutura viária de Belém e a implantação do Parque Linear Doca” (Agência Brasil, 2024).

3.1. Os Movimentos Sociais ante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Belém/Pa: relato de experiência pelo Serviço Social

Em nível municipal, a Prefeitura Municipal de Belém, na gestão do atual Prefeito Edmilson Brito Rodrigues (Partido Socialismo e Liberdade/PSOL) organizou, após Belém ser anunciada como sede da COP 30, Comitês Populares com representantes dos distritos administrativos de Belém¹⁰, objetivando a articulação de debates e ações em preparação para a COP 30. Do mês de julho de 2023 ao mês de junho de 2024, foram realizados uma consulta pública e debates nos Distritos Administrativos para a construção do Plano Climático Popular, pensado como forma de estabelecer objetivos, princípios e diretrizes para contenção das consequências climáticas. Como resultado desse processo de consulta e debates, a Prefeitura Municipal realizou no dia 29 de junho de 2024 no Centro Cultural e Esportivo Cabano Altino Pimenta, a I Conferência Municipal sobre Mudanças Climáticas de Belém.

Para a realização desta I Conferência, foram distribuídos convites direcionados aos parceiros da Prefeitura Municipal de Belém, embora tenha sido possível observar que houve pouca divulgação do evento nas redes sociais, do que resultou uma baixa participação. Tomamos conhecimento do evento por um desses convites, enviado para um Grupo de Pesquisa da UFPA e pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal. Durante o evento estiveram presentes representantes de movimentos sociais populares, com destaque para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), além de outras organizações populares.

¹⁰ A Prefeitura Municipal de Belém conta com os seguintes Distritos Administrativos: Distrito Administrativo de Mosqueiro (Daimo), Distrito Administrativo de Outeiro (Daout), Distrito Administrativo de Icoaraci (Daico), Distrito Administrativo do Benguí (Daben), Distrito Administrativo do Entroncamento (Daent), Distrito Administrativo da Sacramento (Dasac), Distrito Administrativo do Guamá (D'água) e o Distrito Administrativo do Belém (Daben).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A primeira Mesa de debates pela parte da tarde foi composta por representantes dos Comitês Populares e de setores da Prefeitura Municipal de Belém. Na primeira fala, foram pontuados aspectos relacionados aos efeitos do clima, que afetariam de maneiras diferentes os diferentes segmentos sociais. Estas reflexões indicam uma compreensão de que as consequências climáticas não são sentidas da mesma forma pela sociedade em geral, o que remete à uma perspectiva de classe, embora ela não tenha sido expressa nesses termos. Na segunda fala foi apresentada, como uma das consequências climáticas, o assoreamento das sub-bacias¹¹ do Distrito de Mosqueiro. Observou-se nesta fala que ela foi a única a questionar quais seriam as reais intenções na escolha de Belém para sediar o evento pela ONU.

No discurso seguinte, a representação destacou os obstáculos enfrentados pelo Distrito, que não teria sido contemplado pelo poder público com ações visando superar os problemas crônicos de mobilidade que afetam os(as) moradoras(es) da Ilha de Caratateua e, ainda, o assoreamento das praias da Ilha de Outeiro. Também pontuou como o asfalto das ruas contribui para a elevação da temperatura, razão pela qual os(as) moradores(as) realizaram, por iniciativa própria, um calçamento com caroço de açaí¹².

A representação seguinte ressaltou a importância da educação ambiental. No mesmo raciocínio, a fala posterior ressaltou que, além da crucialidade da educação ambiental, merece destaque também o investimento em políticas públicas para combater o racismo ambiental. Já a fala seguinte ressaltou o protagonismo das periferias no debate sobre consequências climáticas.

Uma das representações questionou sobre um possível plano de desenvolvimento urbanístico de Belém. A última das representações distritais falou sobre problemas como o esgotamento sanitário e a poluição dos rios de Belém, a coleta seletiva de resíduos sólidos e orgânicos e a falta de uma pesquisa rigorosa sobre a arborização de Belém. Todas estas questões dizem respeito à ausência e/ou insuficiência de políticas públicas, muito especialmente de uma Política Urbana que deve contemplar não apenas a questão habitacional, como também o saneamento. Na verdade, a cidade de Belém apresenta graves problemas relacionados ao saneamento, pois 78,1% de sua população não tem acesso ao sistema de esgotamento sanitário

¹¹ A cidade de Belém apresenta áreas denominadas “baixadas” por apresentarem cota altimétrica abaixo de 4 metros do nível do mar. “Em sua extensão territorial peninsular estão localizadas 13 (treze) Bacias Hidrográficas que abrangem diferentes bairros e para onde fluem águas abundantes pelos “braços de rio” e “igarapés”, cujas margens são densamente ocupadas por residências e atividades econômicas diversas” (Cruz *et al*, 2018, p. 2).

¹² O açaí é uma bebida extraída do açaizeiro, uma palmeira nativa da panamazônia e, para sua produção, seus frutos são amassados, gerando resíduos pela sobra dos seus caroços.

(BRASIL, 2022). Uma outra questão relacionada ao meio ambiente diz respeito justamente à inexistência de uma arborização suficiente na cidade de Belém onde, inclusive, devido às altas temperaturas comuns à região, inexistente a possibilidade de um conforto térmico suficiente, exceto nos considerados bairros nobres da cidade.

Uma das últimas falas da Mesa manifestou-se destacando que o evento será uma oportunidade para integrar e sensibilizar a população de Belém nos debates nacionais e internacionais. Para este representante, exemplo desses debates que têm relação direta com a região, é a exploração de petróleo no litoral amazônico – que foi alvo de acirrado debate recentemente - e o avanço do agronegócio, especialmente a exploração do dendê no estado do Pará.

Além das autoridades de diferentes níveis de governo, nacional e internacional, que participarão da COP 30, o evento contará também com a participação de movimentos sociais dos setores populares, dentre os quais se destaca o Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB. Conforme Sherer-Warren e Reis (2006), o MAB é um movimento social que, entre outras frentes, combate a instalação de megaprojetos de infraestrutura – especialmente as hidrelétricas -, o que, na Amazônia, é uma das maiores ameaças à natureza e à vida das populações nativas. É na Amazônia brasileira que se pode encontrar exemplos de grandes empreendimentos desta natureza, à exemplo da Hidrelétrica de Tucuruí/UHT, instalada ainda na década de 1980 no estado do Pará, a qual gerou deslocamentos forçados de povos indígenas dessa região (Fearnside, 2015).

Desde o início de sua trajetória, ainda nos anos de 1980, o MAB conta com a participação de igrejas mais progressistas, vinculadas à Teologia da Libertação, além de se fortalecer com apoio de espaços religiosos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) (Sherer-Warren e Reis, 2006). Posteriormente, seus agentes foram se articulando com movimentos congêneres de todas as regiões do Brasil, além de grupos identitários¹³, e tornaram-se também receptivos a conexões com movimentos sociais internacionais.

Foi a partir das redes sociais do MAB na *internet* que tomamos conhecimento da realização de um Seminário Nacional em preparação para a COP 30 organizado por esse movimento e que veio a ser realizado no dia 12 de julho de 2024, na Universidade da Amazônia

¹³ Para Gohn (2008), grupos identitários podem incluir as lutas das mulheres, dos povos indígenas, de Pessoas com Deficiência (PcD's), de afrodescendentes, de grupos geracionais, entre outros.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(UNAMA), intitulado “Desafios da luta popular diante da COP 30 na Amazônia”. Este Seminário contou com a participação de atingidas(os) por grandes empreendimentos de infraestrutura em diversos rios da Amazônia brasileira, além de integrantes de diferentes movimentos sociais que lutam pela justiça climática¹⁴ e social na região, além de representantes da PMB. Dentre estes movimentos presentes destacam-se a CPT, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), além de partidos políticos dentro do espectro da esquerda progressista e, ainda, entidades de classe como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A primeira Mesa do Seminário em questão contou com a participação de representantes do próprio MAB, da CUT, da CONTAG, da *Tenure Facility*¹⁵ (Suécia) e também da PMB. As falas coincidiram no sentido de apontar que a COP 30 será um momento de inflexão para os movimentos sociais, não um momento de chegada – já que não encerra o debate –, muito menos um momento de partida – já que as lutas em defesa da Amazônia são históricas –, mas trará visibilidade para as pautas dos movimentos sociais da/na Amazônia.

Durante a fala da representação da CONTAG, este afirmou que a preocupação dos movimentos sociais populares não deve focar em questões estruturais como, por exemplo, se haverá hotéis suficientes ou não para todos os visitantes que estarão no evento. Ademais, acrescentou que o processo de preparação dos movimentos sociais para a COP 30, e o que ocorrerá depois, será mais relevante que o próprio evento em si.

Na fala seguinte, da representação da CUT, foi enfatizado que não serão os interlocutores internacionais presentes à COP 30 que ensinarão como respeitar e lutar em prol da Amazônia e da contenção das consequências climáticas. O conceito de “consequências climáticas”, foi defendido como mais apropriado, ao invés de emergência climática, uma vez que essas mudanças climáticas são consequências do modo de produção sob o regime do capital. Esta fala finalizou problematizando sobre as estratégias discursivas criadas pelo sistema capitalista buscando responsabilizar a população geral, e com isso a classe trabalhadora, sobre as consequências climáticas.

¹⁴ Segundo Shirts (2022, p. 55) “a justiça climática é predicada na ideia de que os mais prejudicados pelas enchentes, pela poluição e pelo calor extremo devem ter voz no movimento para frear o aquecimento global e seus impactos. Precisam ser ouvidos”.

¹⁵ É considerado o primeiro mecanismo financeiro a financiar exclusivamente projetos voltados a garantir os direitos à terra e às florestas para povos indígenas e comunidades tradicionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na terceira fala desta Mesa, da representação da *Tenure Facility*, saudado como “um dos fundadores do MAB”, foi destacado como esse processo de preparação para a COP 30 não é novo. Nos anos 1990 foi realizada a Eco-92¹⁶, o que motivou calorosos debates, parecidos com os atuais. Aquele evento contou com a presença de diferentes movimentos e organizações, dos cinco continentes, de diferentes perspectivas teóricas. Conceitos como mudanças climáticas são mais aceitos atualmente porque, no passado, em preparação para a Eco-92, os movimentos sociais trabalharam para a construção dos debates. Devido à relevância da COP 30, foi argumentado que os debates não podem ficar restritos à Belém, mas também devem abranger a Amazônia brasileira e a Pan-Amazônia.

Para Souza (2017) as organizações que promovem e patrocinam esse tipo de evento não alcançam resultados práticos, limitando-se a apresentar para a população uma aparência de responsabilidade ambiental, que não é verdadeira em sua essência. Por sua vez, autores/as como Shirts (2022) defendem esses eventos por ver neles uma possibilidade de pressionar os Estados a cumprirem metas, mesmo que sem questionar a contradição entre capital e trabalho e a ordem social vigente. Para autores como Sherer-Warren (2007), eventos como a Eco-92 são cruciais para dar visibilidade às pautas dos movimentos sociais e da sociedade civil.

A partir da Eco/92, no Rio de Janeiro, houve um estímulo à institucionalização das organizações civis, que anteriormente faziam parte de redes movimentistas mais informais. Consequentemente, o setor das ONG's e do terceiro setor cresce e cria visibilidade. Os fóruns globais e as conferências internacionais estimularam também o diálogo interorganizacional e a participação em rede de uma grande multiplicidade de atores coletivos (p. 12).

Somado a isso, a representação da *Tenure Facility* afirma que a COP 30 trará grande visibilidade para movimentos sociais, como o MAB, o que exigirá um esforço de maior organização para definir quais serão as metas a serem alcançadas em relação ao evento e, para tanto, será necessária uma densa preparação. Outra observação realizada por essa representação foi quanto ao fato de, desde 2022, as COP's terem sido realizadas em países com potenciais petrolíferos (a COP 27 foi realizada em Sharm El-Sheikh, Egito, a COP 28 em Dubai, Emirados Árabes Unidos, e a COP 29 em Baku, Azerbaijão). A partir dessa última constatação é possível refletir sobre quais outras motivações estariam presentes na realização da COP 30 na

¹⁶ Para Shirts (2022), a Eco-92 reuniu diversos chefes de Estado, mais de 100 (cem) ao total, os quais concordaram em combater a poluição, promover o desenvolvimento sustentável e aplicar medidas para conter o aquecimento global. Ao menos, em tese.

Amazônia, do mesmo modo como foi questionado por umas das representações durante I Conferência Municipal sobre Mudanças Climáticas de Belém, organizado pela PMB.

Outro ponto ressaltado por essa representação foi quanto ao financiamento que contemplará diversos organismos das gestões federal, estadual e municipal, além dos distintos movimentos sociais, o que ocorrerá de forma direta e intensa por conta da COP 30. A partir dessa reflexão, tanto o MAB como outros movimentos sociais historicamente consolidados na luta pela Amazônia, estarão na disputa – com vistas a fortalecer suas lutas -, em meio a instituições criadas de forma pontual como modo de obter apenas vantagens pecuniárias.

As últimas falas dessa Mesa foram da representação da PMB e do próprio MAB. Na primeira houve a manifestação de concordância com a fala da CUT, particularmente sobre as consequências climáticas serem derivadas do processo de acumulação de riqueza decorrente da exploração da força de trabalho e da natureza pelo capital. Na última das falas dessa Mesa, pela representação do MAB, foi pontuada a necessidade de proteção para defensores e defensoras da Amazônia – continuamente alvo de tentativas de assassinato -, e, ainda, a necessidade de reafirmação do projeto societário almejado pelo movimento.

4. Considerações Finais

Os chamados desastres ambientais têm ocorrido no Brasil de forma frequente e cada vez mais intensa e, ainda no primeiro semestre de 2024 o país foi abalado por enchentes que destruíram cidades inteiras no estado do Rio Grande do Sul, região Sul do Brasil. Na impossibilidade de aprofundar as reflexões sobre o ocorrido no sul do Brasil nos limites deste texto, não se pode negar a sua relação com as formas como a sociedade capitalista vem se relacionando com a natureza. Dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM) confirmaram, para o período de 2015 a 2022, que se chegou a níveis recordes de gases de efeito estufa, aqueles que retêm o calor, sendo este período o mais quente já registrado. Como resultado desse aquecimento global, diferentemente do sul do Brasil, a Amazônia brasileira vivencia, nesse exato mês de agosto de 2024, um outro período de estiagem com altas temperaturas e secas dos rios, prejudicando populações ribeirinhas da região.

Estes e outros acontecimentos, como os incêndios no pantanal e mesmo no extremo norte do Brasil – levando uma cortina de fumaça ao extremo sul do país -, evidenciam o que tem sido chamado, como destacado pela representação da CUT no evento promovido pelo MAB, de

consequências climáticas. Essa reflexão traz para o debate as raízes dos problemas climáticos, porque os relaciona diretamente com a sua produção a partir do modo dominante de produção, centrado na exploração indefinida dos recursos da natureza com vistas à acumulação de capital.

Observa-se que, tanto na Conferência organizada pela PMB, quanto no Seminário organizado pelo MAB, os debates situaram-se no nível de questões locais, passando por questões regionais e alcançando reflexões mais amplas, que envolvem o próprio questionamento crítico sobre as razões da realização da COP 30 numa capital amazônica. –Quanto a esta última dimensão, é preciso reafirmar a necessidade de problematizar que, recentemente, tem sido debatida a autorização para extração de petróleo na costa da Região Amazônica, se estendendo até o Nordeste brasileiro.

Esses e outros temas relacionados à questão ambiental manifestam-se globalmente, mas produzem graves resultados, como consequências climáticas, nas vidas de segmentos sociais empobrecidos – no campo e nas cidades -, particularmente nos países e/ou regiões onde se dá a exploração de recursos naturais. Esse é o caso dos grandes empreendimentos – projetos de mineração, projetos logísticos (como portos, estradas de ferro, barragens), expansão do agronegócio, etc -, que causam consequências socioambientais degradando as condições de vida de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais/urbanos. Uma das críticas que se fazem diante da realização da COP 30 é justamente sobre a contradição expressa num evento que se propõe debater as mudanças climáticas, mas não possui força para elaborar metas e estratégias que incluam a não implementação de grandes empreendimentos que, tecnicamente, mostram-se prejudiciais ao meio ambiente.

Até a realização da COP 30 em Belém do Pará em novembro de 2025, muito ainda será discutido, razão pela qual essa experiência de participação nos eventos preparatórios se fez/faz necessária com vistas a uma aproximação aos processos que envolvem a mobilização dos movimentos sociais. Tanto estes se constituem como espaços de problematização e luta por direitos sociais, sistematicamente negados na sociedade do capital, como também são espaços de formação e exercício profissional, merecendo um olhar atento por parte do Serviço Social. Da mesma forma a questão ambiental, manifesta nas consequências climáticas e outras formas de degradação da natureza que contribuem para a pauperização das condições de vida, requer do Serviço Social uma aproximação que dê conta das raízes de sua (re)produção, para além das caricaturas e propostas midiáticas como é o caso das matérias midiáticas em torno da COP 30. E mesmo que os movimentos sociais, historicamente consolidados nas lutas pela Amazônia e seus



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

povos, possam não ser convidados para o evento ou, mesmo que convidados, sejam relegados a ouvintes de supostas propostas redentoras, eles certamente não serão calados na defesa dos seus ideais em novembro de 2025.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tayná Portilho de. **Diário de campo sobre o projeto de pesquisa**. 2024. Documento não publicado, Universidade Federal do Pará.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). **Relatório de Coleta de Esgoto Sanitário - Belém-PA: 2022**. [Relatório]. Brasília: Ministério das Cidades, 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Lei de Regulamentação da Profissão—Lei 8.662. **Brasília, DF: CFESS**, 1993.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do assistente social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. CFESS, 2006.

CFESS, Conselho Federal de Serviço social. O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais. **CFESS Manifesta. Brasília, DF: CFESS—Gestão “É de batalhas que se vive a vida**, v. 2, 2018.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; PORTELA, Roselene de Souza; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Formação profissional em Serviço Social e lutas pelo direito à cidade: trajetória do Programa de Apoio à Reforma Urbana/PARU/UFPA na região metropolitana de Belém (PA)**. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. Vitória (ES). 2018.

DAL MORO, Maristela; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, v. 11, n. 21, p. 13-47, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

FEARNSIDE, Philip M. Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí. **Hidrelétricas na Amazônia**, p. 37, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: **Revista de Estudos Paraenses, edição especial-IDESP**. Belém: IDESP, 2010.

LONGUINHO, Daniella. COP 30: o maior evento de discussão climática será em Belém no Pará. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 26 mai. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2023-05/cop-30-o-maior-evento-de-discussao-climatica-sera-em-belem-no-para>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Cortez Editora, 2017.

OLIVEIRA, André Soares. A Liderança dos Países Desenvolvidos no Acordo de Paris: reflexões sobre a estratégia do Naming and Shaming dentro do Balanço-Global. **Sequência (Florianópolis)**, n. 81, p. 155-180, 2019.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. **Greenhouse gas concentrations hit record high again**. 15 nov. 2023. Disponível em: <https://wmo.int/news/media-centre/greenhouse-gas-concentrations-hit-record-high-again>. Acesso em: 19 ago. 2024.

PEDUZZI, Pedro. Belém receberá mais de R\$ 1,3 bilhão em investimentos para a COP 30. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 06 mai. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/belem-recebera-mais-de-r-13-bilhao-em-investimentos-para-cop-30>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. **ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS**, v. 2, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2007.

SHIRTS, Matthew; BRASIL, Greenpeace. **Emergência climática–Vencedor Jabuti 2023: O aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor**. Claro Enigma, 2022.

SHORT, Katherine. Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 5, p. 172-199, 2008.

SOUZA, Fernando Vidal de. Uma abordagem crítica sobre o greenwashing na atualidade. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 3, n. 2, p. 148-172, 2017.

STEFFEN, Nayra Caroline; DIAS, Edson dos Santos. Processo de Implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional e suas Consequências Socioambientais no Espaço de Fronteira Brasil-Paraguai. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 01, p. 482-511, 2024.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**